

Dívida externa pode ter substitutivo do governo

por César Felício
de Brasília

A liderança do governo no Senado deverá apresentar um substitutivo ao parecer do senador Roberto Requião (PMDB-PR), que altera as condições para a renegociação da dívida externa brasileira anunciada pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan. Segundo o vice-líder do governo, senador Vílson Kleinubing (PFL-SC), "não é razoável o Senado estabelecer um limite para a renegociação. Isto fere a estratégia do governo perante os credores".

Segundo Kleinubing, a intenção do governo é conseguir uma autorização do Senado para renegociar um montante indeterminado de bônus "Brady" da dívida, de maneira a não sinalizar para o mercado internacional qual é exatamente a demanda do País. Se os credores tiverem a exata noção do total de bônus que o Brasil pretende renegociar, as taxas de corretagem e de juros poderiam subir.

O parecer de Requião modificou a proposta do governo e estabeleceu o limite de US\$ 5 bilhões para a troca de títulos. Ele determina ainda que o governo terá que escolher por licitação pública os corretores para a operação. "Isto não é uma obra pública, é um leilão. O Banco Central tem que ter liberdade para conduzir a negociação", afirmou Kleinubing. Ontem, o vice-líder do governo impediu a votação do parecer de Requião na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, pedindo vistas para o projeto. O novo exame da matéria irá ocorrer na próxima semana.

A comissão aprovou, ontem, por 17 votos a cinco, o parecer do senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), favorável à autorização para que o governo de São Paulo emita Letras Financeiras do Tesouro do estado para pagamento de precatórios. A aprovação do parecer derrubou emenda de plenário do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), contrária à autorização. Agora, o pedido de autorização volta ao plenário do Senado, de onde foi enviado à CAE devido à emenda de plenário de Dutra.

O senador Roberto Requião justificou as mudanças na proposta original colocando em questão a necessidade da operação. "Os bônus Brady têm um deságio sobre o valor de face baixo, mas o spread e as taxas de juros também são baixas, variando entre 4% e 7%. O go-

verno propõe trocar os bônus Brady por outros títulos com um deságio maior e assim abater o principal da dívida. Ocorre que os juros no mercado internacional oscilam entre 10% e 13%, ou seja, a conta de juros seria significativamente ampliada", afirmou o senador.